

Chega de falta de educação



As escolas públicas precisam ser menos estatais e mais públicas

grau já não agride as consciências. Apontar o fato de que o Brasil tem o mesmo nível educacional que Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Jamaica, que já foi superado pelo Paraguai, Peru, Venezuela e Equador, nossos vizinhos, não causa mais nenhum espanto. Somente 2% dos estudantes brasileiros conseguem terminar o primeiro grau sem nenhuma reprovação. Na verdade, os poucos (18%)

que conseguem realizar a proeza de completar o primeiro grau só o fazem depois de serem reprovados quatro ou cinco vezes. Não que o povo dê pouca importância à educação. Muito ao contrário: as famílias brasileiras mantêm seus filhos na escola por nove longos anos, em média, antes que a garotada, finalmente, abandone os estudos, de tanto ser reprovada. Deficiente e mal preparada é a própria escola que expulsa os estudantes, condenando-os ao fracasso escolar.

Quanto custa isso ao País? Até que ponto pensamos com seriedade o nosso futuro, se convivemos, impávidos, com esse desastre?

É óbvio que, nesse quadro, é impossível sonhar com Primeiro Mundo, com desenvolvimento e, muito menos, com justiça social.

Um sistema educacional que exclui 70% das crianças do ensino fundamental é, aqui entre nós, o mais iníquo sistema de produção de desigualdades, é o mais brutal dos mecanismos de apartheid social.

Quando é que vamos tomar juízo? Governos em São Paulo e no Brasil têm se sucedido com grandes discursos eleitorais e pífias realizações educacionais. O problema é tão sério e ao mesmo tempo tão estratégico que, devemos reconhecer, a esta altura não pode mais ser resolvido pelos governos isoladamente. É claro que aos governos cabe a parcela maior de responsabilidade. Foram eleitos para isso. Contudo, ou o conjunto da sociedade se conscientiza e age imediatamente, ou ingressamos no século 21 como uma nação atrasada, não-competitiva, com a maior parte do seu povo situada na linha da pobreza e da miséria.

Um pacto por uma educação de qualidade é desejável, possível e urgente. Governantes, professores, empresários, políticos, sindicatos, universidades, pais de família, alunos têm de estar de acordo com alguns pontos:

■ Que o ensino básico é prioritário sobre qualquer outro nível. Enquanto não resolvermos os seus problemas de evasão, repetência e baixa qualidade, não dá para desviar a nossa atenção desse nó.

■ As escolas públicas precisam ser menos estatais e mais públi-

cas. Portanto, é necessário construir total autonomia administrativa, financeira e pedagógica para que as nossas escolas possam, com a participação da comunidade, ser cobradas quanto ao seu desempenho. Precisamos de compromissos públicos e verificáveis com a qualidade.

■ É necessário mais dinheiro para a educação, sobretudo com a diminuição do desperdício das verbas educacionais.

■ Que os municípios assumam maiores responsabilidades com o ensino básico. É urgente a municipalização do ensino, respeitada a autonomia das escolas; é preciso redefinir as responsabilidades entre Estados e municípios.

■ Que se realize a reforma das leis da educação, eliminando-se o ainda pesado entulho burocrático-autoritário, que muitas vezes favorece os burocratas e as corporações em detrimento da própria educação.

■ No mundo inteiro a educação de boa qualidade depende e dependerá sempre do bom profissional da educação. O professor dignamente remunerado e adequadamente formado é, sem nenhum exagero, a base de um Brasil democrático, desenvolvido e socialmente justo.

■ César Callegari, deputado estadual (PMDB-SP), foi presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE)

Não sei o que ainda precisa acontecer para que a opinião pública de São Paulo se sensibilize diante do estarrecedor problema da educação pública em nosso Estado. Em monótona repetição, professores e funcionários acabam de realizar mais uma greve, desta vez de 34 dias, deixando milhões de alunos sem aula, como forma de pressionar os governantes no atendimento das mais elementares condições de salário e trabalho. Somando os dias parados por greves ocorridas nos últimos dez anos, vamos concluir que os estudantes paulistas perderam oito meses de aula, ou seja, quase um ano letivo inteiro. E o pior: com tudo isso, os salários dos profissionais da educação são cada vez mais baixos, o que provoca a decadência ainda maior do nosso sistema educacional.

Mas parece que ninguém se toca, povo e elite, anestesiados diante de tão grave situação. É, incrível, mas dizer que os nossos professores ganham R\$ 400,00 por mês já não comove mais ninguém. Denunciar que apenas 30 em cada 100 alunos que entram na escola pública conseguem atingir a oitava série do primeiro